

<p>Portaria GM5/MAER 957/1989</p>

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 957/GM5, DE 19 DEZ 89

Aprova as Condições Gerais de Transporte

O Ministro de Estado da Aeronáutica, usando das atribuições que lhe conferem os Arts 87, Parágrafo Único, Inciso II, da Constituição Federal e 194 do Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Aprovar as Condições Gerais de Transporte, que com esta baixa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, especial, as Portarias de nº 050/GM5, de 06 Mai 75; nº 755/GM5, de 20 Jun 80; nº 260/SPL, de 08 Jun 87; e nº 248/SPL, de 27 Jul 88.

Octávio Júlio Moreira Lima

D.O.U., 21/01/89

CONDIÇÕES GERAIS DE TRANSPORTE APROVADAS PELA PORTARIA Nº /GM5,
DE TÍTULO I

Do Transporte de Pessoas

Capítulo I

Do Billhete de Passagem

Art. 1º O bilhete de passagem constitui a prova do contrato de transporte.

Parágrafo Único A falta, irregularidade ou perda do bilhete de passagem não prejudicada existência e eficácia do contrato, dentro do seu prazo da validade.

Art. 2º O bilhete de passagem deverá conter os seguintes elementos:

a - nome do passageiro;

b – nome e domicílio do transportador;

c – lugar a data da emissão;

d – origem e destino da viagem;

e – classe de serviço, base tarifária ou outro dado que identifique o tipo de transporte;

f – valor da tarifa de passagem, da taxa de câmbio quando aplicável, da tarifa de embarque quando for aplicável, da tarifa de embarque quando for caso, e o preço total cobrado ao usuário;

g – nome ou sigla do transportador sucessivo ou quando for o caso;

h – os direitos do passageiro e os limites de reparação de danos em caso de acidente; e

i – a forma de pagamento.

§ 1º Nos serviços denominados “Ponte Aérea” poderá ser adotado o bilhete simplificado, que observará os requisitos das alíneas “b”, “c”, “d” e “f” deste artigo.

§ 2º No transporte de pessoas com tarifa especial para grupo, e nas viagens de fretamento, o bilhete individual poderá ser substituído por um bilhete de passagem coletivo – “Master-ticket” – anexando-se a cada cupom de voo a lista com identificação nominal dos passageiros.

Art. 3º O bilhete de passagem é pessoal.

Art. 4º O bilhete de passagem só poderá ser emitido por transportador aéreo, seus prepostos, agentes gerais e pelas agências de turismo devidamente credenciadas pelas empresas de transporte aéreo.

Art. 5º O bilhete de passagem emitido por uma empresa de transporte será válido para utilização nas congêneres, de acordo com os convênios que celebrarem.

Art. 6º O bilhete adquirido pelo sistema de crediário ou por meio de conta - corrente só poderá ser utilizado em transporte de outra empresa mediante prévia concordância da transportadora emitente.

Parágrafo único. O bilhete adquirido por um desses sistemas só dará direito ao reembolso depois de quitado o débito do usuário para com o transportador emitente.

Art. 7º É de 01 (um) ano o prazo de validade do bilhete de passagem, contado da data de sua emissão. Quando emitido contra Ordem de Passagem, esse prazo será contado a partir da data da emissão da referida ordem.

Art. 8º Na hipótese de extravio de bilhete regularmente emitido, o transportador emitente deverá proceder a sua substituição nas mesmas bases condições contratadas, respeitado o prazo de validade original. Ficará igualmente assegurado o direito de reembolso, caso o passageiro venha a desistir da viagem.

Parágrafo Único. O passageiro que extraviar o bilhete de passagem responsabilizar-se-á pelo pagamento da tarifa correspondente aos cupons de voos perdidos, caso venham eles a ser utilizados para transporte, reembolso ou outro finalidade.

Capítulo II

Da Apresentação do Passageiro

Art. 9º O passageiro com reserva confirmada deverá comparecer para embarque o horário estabelecido pela empresa, ou:

a - até 30 (trinta) minutos antes da hora estabelecida para a partida da aeronave, nas linhas aéreas domésticas; e

b – até 60 (sessenta) minutos antes da hora estabelecida para a partida da aeronave, nas linhas aéreas internacionais.

Art. 10. A reserva só será considerada confirmada quando no respectivo cupom de voo do bilhete de passagem estiverem devidamente anotados, pelo transportador ou por agente autorizado, o número a data e a hora do voo, bem como a classe de serviço e a situação da reserva.

§ 1º As empresas de transporte, seus prepostos, agentes gerais e as agências de viagens não poderão conformar reserva por outro meio que não seja a anotação no bilhete de passagem.

§ 2º O usuário poderá cancelar a reserva já confirmada, desde que o faça com 04 (quatro) horas de antecedência, no mínimo, em relação à hora estabelecida para sua apresentação para embarque.

§ 3º Quando se tratar de grupo, ou parte dele, a antecedência a que se refere o parágrafo anterior deverá ser de:

a – 72 (setenta e duas) horas para grupos de 05 (cinco) a 10 (dez) pessoas; e

b – 10 (dez) dias para grupos de mais de (dez) pessoas.

§ 4º Nas localidades que não disponham de setor de reservas, o cancelamento poderá ser feito no aeroporto até a hora estabelecida para apresentação do passageiro, observando o disposto no Art. 9º.

Art. 11. Quando o usuário portador de bilhete com reserva confirmada deixar de embarcar no horário a que tem direito, em razão de preterição ou excesso de passageiros, deverá ser acomodado pela empresa em outro voo, próprio ou de congênere, no prazo máximo de 04 (quatro) horas após a partida da aeronave.

Parágrafo Único. Se o usuário concordar em viajar em outro voo do mesmo dia ou do dia seguinte, a empresa transportadora deverá proporcionar-lhe facilidades de comunicação, hospedagem e alimentação em locais adequados, bem como transporte de e para o aeroporto, se for o caso.

Art. 12. Se o usuário deixar de viajar em virtude de atraso na conexão, as obrigações de que de atraso na conexão, as obrigações de que trata o artigo anterior serão de responsabilidade de empresa cuja aeronave deu causa a perda do embarque.

§1º A empresa que efetuou o transporte até a escala de conexão deverá providenciar a revalidação do bilhete para o trecho seguinte, sem ônus para o usuário.

§ 2º Caso as reservas entre dois de conexão voos de conexão tenham sido confirmadas com intervalo insuficiente a efetivação da referida conexão, as obrigações previstas neste artigo serão de responsabilidade da empresa que efetuou as respectivas reservas.

Art. 13. A vaga decorrente do não comparecimento do usuário que não se tenha apresentado no local do embarque no horário previsto nos termos do Art. 9º será preenchida por usuário constante da “Lista de Espera”, de acordo com as ordem de inscrição.

§ 1º Para fins do que dispõe este artigo as empresas manterão no balcão do aeroporto uma “Lista de Espera” a ser preenchida quando o total de reservas confirmadas atingir o limite de assentos previsto para a aeronave.”

§ 2º As empresas de transporte e as agências de turismo não poderão organizar “Lista de Espera” fora dos aeroportos.

Capítulo III

Do Transporte de Menor Desacompanhado

Art. 14. O transporte de menor desacompanhado deverá ser feito mediante autorização expedida na conformidade da legislação vigente.

Capítulo IV

Do Transporte de idosos, Deficientes Físicos e Crianças Acompanhadas

Art. 15. As empresas de transporte deverão assegurar prioridade nos embarques e desembarques de pessoas idosas, doentes, deficientes físicos, senhoras grávidas e passageiros acompanhados de crianças menores.

Capítulo V

Das Alterações no Contrato de Transporte

Art. 16. Quando o passageiro solicitar alteração no itinerário original da viagem, antes ou após o seu início, o transportador deverá promover a substituição do respectivo bilhete e de passagem, ajustando a tarifa a que vigorar na ocasião desse novo bilhete.

Art. 17. Quando a viagem for cancelada pelo transportador, o bilhete de passagem dará direito a endosso ou a reembolso dará igual direito, se o início da viagem se atrasar por mais de 04 de (quatro) horas e o passageiro dela vier a desistir.

Art. 18 Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 04 (quatro) horas, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela devolução do respectivo valor do percurso não utilizado.

§ 1º Quando o bilhete houver sido comprado a crédito, o reembolso somente será efetuado após a quitação do débito.

§ 2º Se a viagem for interrompida por iniciativa do passageiro, em aeroporto de escala, durante a realização do voo, nenhum reembolso será devido transportador.

Art. 19. É permitida a interrupção da viagem em pontos intermediários sem qualquer acréscimo tarifário, desde que:

- a – o passageiro manifeste antecipadamente seu interesse no início ou reinício da viagem;
- b – os pontos de interrupção estejam cobertos pela tarifa;
- c – não haja restrição de ordem legal ou tarifária.

Art. 20 Quando por eventual indisponibilidade de aeronave da categoria em que o transporte foi contratado, tanto no ponto de início da utilização da passagem como nas escalas intermediárias, houver mudança de classe de serviço inferior para superior, nenhuma diferença de preço será devida pelo passageiro.

§ 1º No caso inverso, é devida ao adquirente da passagem a restituição da diferença de preço, sendo facultado ao transportador proceder ao reembolso devido após a realização da viagem.

§ 2º Quando a modificação na classe do serviço ocorrer por solicitação do passageiro, o transportador deverá promover a substituição do respectivo bilhete de passagem, ajustando-o a tarifa vigente a registrando nele as diferenças havidas para mais ou para menos, bem como se a diferença foi recebida ou restituída conforme o caso.

Art. 21 As despesas com a estada e o transporte de superfície nas escalas de pernoite normal corre por conta do passageiro.

TÍTULO II

Do Transporte de Coisas

Capítulo I

Da Bagagem

Seção I

Do Contrato

Art. 22 No transporte de bagagem, o transportador deverá entregar ao passageiro, no momento do despacho, a nota individual ou coletiva correspondente, com a indicação do

lugar e data da emissão, pontos de partida e quantidade, peso e valor declarado dos volumes, se houver.

§ 1º A nota de bagagem é a prova do contrato.

§ 2º A execução do contrato inicia-se com a entrega da respectiva nota e termina com o recebimento da bagagem transportada, sem protesto do oportuno do passageiro.

§ 3º O recebimento da bagagem sem protesto faz presumir a seu bom estado.

Art. 23 Quando, ao ensejo do despacho, o passageiro atribuir valor certo a bagagem, o transportador poderá aceitá-lo ou exigir relação sumária de conteúdo.

§ 1º Se o transportador aceitar o valor declarado, não poderá prevalecer-se dos limites de reparação estabelecidos no Código Brasileiro de Aeronáutica.

§ 2º Na hipótese de valor declarado para a bagagem, o transportador poderá cobrar do passageiro um adicional sobre aquele valor, na conformidade dos percentuais aprovados pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Seção II

Da Franquia

Art. 24 Nas linhas domésticas, a franquia de bagagem por passageiro adulto é de:

Serviço de

Âmbito Nacional – 30 (trinta) quilos para a primeira classe; e

20 (vinte) quilos para as demais classes.

Serviço de

Âmbito Regional – 10 (dez) quilos para as aeronaves de até 20 (vinte) assentos; e

20 (vinte) quilos para as aeronaves da maior capacidade.

§ 1º A franquia de bagagem para criança com bilhete de passagem de 50% (cinquenta por cento) da tarifa de adulto será de metade da franquia concedida a este.

§ 2º Criança com menos de 02 (dois) anos de idade não tem direito a franquia de bagagem, salvo quando portadora de bilhete.

Art. 25. Nas linhas internacionais, o franquiamento de bagagem será feito pelo sistema de peso ou de peças, segundo o critério adotado na área e na conformidade da regulamentação a ser expedida pelo Decreto do Departamento de Aviação Civil.

Art. 26 Nas linhas domésticas conexão com linhas internacionais, quando conjugados os bilhetes de passagem, prevalecerão o sistema e o correspondente limite de franquia de bagagem estabelecidos para as viagens internacionais.

Art. 27. A franquia de bagagem não pode ser usada para transporte de animais vivos.

Seção III

Do Excesso de Bagagem

Art.28. Nas linhas domésticas o excesso de bagagem sobre o limite de franquia será cobrado segundo regulamentação a ser estabelecido pelo Diretor – Geral do Departamento de Aviação Civil.

Parágrafo Único. Nas linhas internacionais, a cobrança do excesso de bagagem obedecera ao que prescreverem os respectivos convênios aprovados pelo Governo Brasileiro ou, na falta destes, que for estabelecido pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Art. 29 E vedada fazer incidir qualquer desconto sobre excesso de bagagem, bem como arrolar, para efeito de franquia, as bagagens pertencentes e mais de um passageiro, salvo quando se tratar de duas ou mais pessoas que viagem em grupo para o mesmo destino, pelo mesmo vôo, que se apresentem com suas bagagens ao mesmo tempo para despacho.

Seção IV

Da Bagagem de Mão

Art. 30 Nas linhas domésticas, é facultado ao passageiro conduzir, como bagagem pessoal mão, objetos de uso exclusivamente pessoal, livre de pagamento de tarifa ou de frete, condicionados aos seguintes requisitos:

a – que o peso total não exceda a 05 (cinco) quilogramas ou que a soma de suas dimensões (comprimento + largura + altura) não seja superior a 115 (cento e quinze) centímetros;

b – que esses objetos estejam devidamente acondicionados; e

c – que o volume possa ser acomodado na cabine passageiro sem perturbar o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros, nem colocar em risco a integralidade física dos passageiros, dos tripulantes e da aeronave.

Parágrafo Único. O transportador deverá adotar medidas para tornar eficazes as restrições ao transporte de bagagem de mão.

Art. 31. Nas linhas internacionais, a condução de bagagem de mão obedecerá ao que prescreverem os respectivos convênios aprovados pelo Governo Brasileiro ou, na falta destes, ao que for estabelecido pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Seção V

Do Transporte de Animais Vivos

Art. 32. Os animais vivos poderão ser transportados em aeronaves não cargueiras, em compartimento destinado a carga e bagagem.

Art. 33. O transporte de animais domésticos (cães e gatos) na cabine de passageiros poderá ser admitido, desde que estejam acondicionados em embalagem especial e não acarretem desconforto para os demais passageiros.

Art. 34. O transporte de cão treinado para conduzir pessoa cega, que dependa inteiramente dele, será permitido na cabine de passageiros, em adição a franquia de bagagem e livre pagamento.

Parágrafo Único. É obrigatória a representação pelo passageiro, por ocasião do embarque, de atestado de sanidade do animal fornecido pela Secretaria de Agricultura Estadual, posto médico veterinário.

Capítulo II

Da Carga

Seção I

Do Contrato

Art. 35. O Conhecimento aéreo constituía prova do contrato de transporte.

Art. 36. A execução do contrato de transporte de carga se inicia com o seu recebimento pelo transportador e persiste durante todo período em que se encontre sob sua guarda, em aeródromo, o bordo da aeronave ou em depósito, e termina com a entrega respectiva ao destinatário ou quem as suas vezes fizer.

§ 1º O período de execução do transporte aéreo não compreende o transporte terrestre, marítimo ou fluvial, efetuado fora de aeródromo, a menos que hajam sido feitos para proceder ao carregamento, entrega, transbordo ou baldeação de carga.

§ 2º O transporte intermodal será regulamentado por legislação específica, expedida pelas autoridades competentes.

Seção II

Do Conhecimento Aéreo

Art. 37 O conhecimento aéreo deverá indicar:

- a – lugar e a data da emissão;
- b) – os pontos de partida e de destino;
- c) - o nome e o endereço do expedidor;
- d) – o nome endereço do transportador;
- e – o nome e o endereço do destinatário;
- f – a natureza da carga;
- g – o número, o acondicionamento, as marcas particulares ou a numeração dos volumes;
- h – o peso, a quantidade e o volume ou dimensões;
- i – o preço da mercadoria, quando a carga for expedida contra pagamento no ato da entrega e, eventualmente, a importância das despesas;
- j – o valor declarado, se houver;
- l – o número de vias;
- m – os documentos entregues ao transportador para acompanhar o conhecimento;
- n – o prazo do transporte, dentro do qual deverá o transportador entregar a carga no lugar de destino, e o destinatário ou expedidor retirá-la; e
- o – a tarifa aplicada e a correspondente categoria, quando for o caso.

Art. 38. O conhecimento aérea será feito pelo expedidor em três vias originais e entregues com a carga ao transportador.

§ 1º A primeira via, com a indicação “do destinatário”, será assinada pelo expedidor e pelo transportador e acompanhará a carga.

§ 3º A terceira via será assinada pelo transportador e por ele entregue ao expedidor, após a aceitação da carga.

Art. 39 Se o transportador, a pedido do expedidor, fizer o conhecimento, considerar-se-á como feito por conta e em nome deste, salvo prova em contrário.

Art.40 Quando houver mais de um volume, o transportador poderá exigir do expedidor conhecimentos aéreos distintos.

Art. 41 Ao valor do despacho só poderão ser adicionadas as importâncias relativas a serviços devidamente autorizadas pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

§ 1º Havendo valor declarado pelo pedido e aceito pelo transportador, a responsabilidade deste será limitada aquele valor.

§2º Não havendo valor declarado pelo expedidor, a responsabilidade do transportador perante o expedidor e o destinatário da carga será sempre limitada de acordo com as estipulações do Código Brasileiro de Aeronáutica ou de legislação internacional, se for o caso.

§ 3º Mesmo que o expedidor não haja atribuído valor a carga, o conhecimento não poderá conter dizeres que invalidem a responsabilidade do transportador, com expressões do tipo “Sem Valor”, “Sem Valor Comercial”, “Sem Responsabilidade do Transportador”, e outras com alcance exoneratório.

Art. 42 O conhecimento faz presumir, até prova em contrário, a conclusão do contrato, o recebimento da carga e as condições do transporte.

Art. 43. As declarações contidas no conhecimento aéreo, relativas a peso, dimensões, acondicionamento da carga e numero de volumes, presumem-se verdadeiras até prova em contrario; as referentes a quantidade, volume, valor e estado da carga só farão prova contra o transportador, se este verificar sua exatidão, o que deverá constar do conhecimento.

Art. 44. Sem prejuízo da responsabilidade penal, o expedidor responde pela exatidão das indicações e declarações constantes do conhecimento aéreo e pelo dano que, em consequência de suas declarações irregulares, inexatas ou incompletas, vier a sofrer o transportador ou qualquer outra pessoa.

Art. 45. O transportador recusará a carga desacompanhada dos documentos exigidos ou cujo transporte e comercialização não sejam permitidos.

Capitulo III

Da Entrega da Carga

Art. 46. Ao chegar ao lugar do destino deverá o transportador avisar o destinatário para que a retire no prazo de 15 (quinze) dias a conta do aviso, salvo se estabelecido outro prazo no conhecimento.

§ 1º Se o destinatário não for encontrado ou não retirar a carga no prazo constante do aviso, o transportador avisará o expedidor para retirá-la no prazo de 15 (quinze) dias a partir do aviso sob pena ser considerada abandonada.

§ 2º Transcorrido o prazo estipulado no último aviso, sem que a carga tenha sido retirada, o transportador a entregará ao depósito público por conta e risco do expedidor, ou, a seu critério, ao leiloeiro, para proceder á venda em leilão público e depositar público e depositar o produto liquido no Banco do Brasil SA., disposição do proprietário. Deduzidas as despesas de frete, segura e encargos da venda.

§ 3º No caso de a carga estar sujeita a controle aduaneiro, o alisamento a que se refere o

§ 1º deste artigo será comunicado imediatamente a autoridade fazendária que jurisdicione aeroporto do destinado da carga.

Art. 47 Presume-se entregue em bom estado e de conformidade com o documento de transporte a carga que o destinatário haja recebido sem protesto.

§ 1º O protesto far-se-á mediante ressalva lançada no documento de transporte ou mediante qualquer comunicação escrita, encaminhada ao transportador.

§2º - O protesto por avaria será feito dentro do prazo de 07 (sete) dias a contar do recebimento da carga.

§ 3º O protesto por atraso será feito o dentro 15 (quinze) dias a contar da data em que a carga houver sido posta a disposição do destinatário.

§ 4º Na falta de protesto, qualquer ação somente ser admitida se fundada em dolo do transportador.

§ 5º No caso de transportador sucessivo ou de transportador de fato, o protesto será encaminhada a todos os responsáveis, transportador contratual e transportador de fato.

§ 6º O dano ou avaria e o extravio de carga importada ou em trânsito aduaneiro serão apurados de acordo com a legislação específica.

Capítulo IV

Do Agenciamento de Carga

Art. 48. É permitida a angariação de carga por intermédio de agência devidamente credenciada pelo Departamento de Aviação Civil.

Art. 49. A agência de carga tem as mesmas responsabilidades do transportador, no tocante a carga sob sua guarda e vigilância, não podendo, no entanto, prevalecer-se do limite de responsabilidade previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Parágrafo Único. A responsabilidade a cargo da agência compreende os seguintes períodos:

- a – da entrega da carga pelo expedidor até o seu recebimento pelo transportador;
- b – do recebimento da carga entregue pelo transportador até a sua entrega ao destinatário, no ponto de destino.

Art. 50 Ressalvados os casos e consolidação devidamente autorizados, é vedado arrolar em um só conhecimento cargas destinadas a mais de um destinatário.

Capítulo V

Da Consolidação da Carga

Art. 51. É facultado as agências devidamente credenciadas a consolidação da carga aérea de acordo com os contratos que celebrarem com as empresas transportadoras e na conformidade das instruções baixadas pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Art. 52. O agente consolidador ou desconsolidador são civilmente responsáveis perante o transportador e respondem, da mesma forma que este perante expedidor e/ou destinatário da carga.

Capítulo VI

Do Transporte de Artigos Perigosos

Art. 53. A bagagem, despachada ou de mão, não poderá conter:

- 2 – malas e pastas de documentos equipamentos com alarmes;
- b– explosivos, inclusive cartuchos vazios munições material pirotécnico, armas de caça, armas portáteis;
- c– gases (inflamáveis, não-inflamáveis e venenosos) tais como gás butano, oxigênio, propano, cilindros de oxigênio;

- d – líquidos usados como combustível para isqueiro ou aquecimento;
- e – sólidos inflamáveis tais fósforos e artigos de fácil ignição;
- f – substâncias de combustão espontânea;
- g – substância que em contato com a água emitem gases inflamáveis;
- h – material oxidante tais como pó de cal, descorantes químicos e peróxidos;
- j – substâncias venenosas (tóxicas) e infecciosas tais como arsênico, cianidas, inseticidas e desfolhantes;
- j – materiais radioativos;
- l – materiais corrosivos tais como mercúrio, ácidos alcalóides e baterias com líquido corrosivo;
- m – materiais magnetizados e artigos perigosos relacionados na regulamentação de Artigos Perigosos da IATA; e
- n – agentes biológicos – bactérias, vírus, etc.

§ 1º A enumeração contida nas alíneas deste artigo não é exaustiva, podendo o Departamento de Aviação Civil ampliá-la.

§ 2º A proprietário da bagagem responde pelos danos que vier a causar ao transportador aéreo ou qualquer outra pessoa pela inobservância das proibições estabelecidas neste artigo.

TITULO III

Das Tarifas

Art. 54. As tarifas domésticas, aprovadas pelo Departamento de Aviação Civil para aplicação exclusivamente no País, serão publicadas em moedas nacional pelas empresas de transporte aéreo, por intermédio do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Art. 55 As tarifas domésticas para aplicação exclusivamente no exterior serão aprovadas pelo Departamento de Aviação Civil e publicadas em moeda estrangeira pelas empresas de transporte aéreo, por intermédio do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Art. 56. As tarifas de passagens serão aplicadas de aeroporto a aeroporto.

§ 1º Quando o transportador proporcionar ao passageiro transporte para o aeroporto ou vice-versa, deverá cobrar a respectiva importância separadamente.

§ 2º E permitido ao passageiro utilizar, a expensas próprias, o transporte de superfície em trechos intermediários da viagem, desde que manifeste antecipadamente seu interesse antes de iniciar a mesma viagem.

Art. 57 O valor do bilhete de passagem não será atingido pelas variações tarifárias que ocorrerem dentro do respectivo prazo de validade.

Parágrafo Único. A construção da tarifa aérea deverá ser feita pela soma dos preços dos percursos, sendo permitida, porém, a cobrança da tarifa direta do ponto de partida ao ponto extremo da viagem, quando essa tarifa for mais econômica.

Art. 58. Salvo na hipótese de convenção entre o transportador e o passageiro, é vedado adicionar as tarifas aprovadas qualquer importância a título de seguro.

Art. 59. Será permitida a combinação de tarifas normais de classes diferentes obedecendo as seguintes regras na sua construção:

- a – considera-se para toda a viagem o valor da tarifa de menor nível;
- b – determina-se a diferença de preço entre a tarifa de menor níveis em todos os trechos em que o passageiros utilizara cabine do nível tarifário mais alto; e
- c – somam-se todas as diferenças estabelecidas á tarifa de menor nível (letra “a” acima).

Art. 60. As tarifas domésticas aprovadas pelo Departamento de Aviação Civil, quando combinadas com tarifas internacionais, deverão ser aplicadas sempre em a plenitude, ressalvadas as tarifas internacionais diretas e/ ou proporcionais especificadas, adotadas em convênios aprovados pelo Governo Brasileiro.

Parágrafo Único. Na divisão da receita proveniente da aplicação das tarifas acima ressalvadas, em conjunção com tarifas domésticas, não poderá ser empregada qualquer forma de rateio de que resulte redução de mais de 20% (vinte por cento) na tarifa doméstica oficial.

Art. 61 No transporte de crianças serão aplicadas as seguintes tarifas:

- a – de menos de 02 (dois) anos de idade, 10% (dez por cento) da tarifa de passagem de adulto; e
- b – de 02 (dois) anos até 12 (doze) anos de idade incompletos, 50% (cinquenta por cento) da tarifa de passagem de adulto.

§ 1º A criança com bilhete de passagem expedida na forma da alínea “a” não terá direito a assento e deverá ser transportada ao colo de seu acompanhante, portador de bilhete de adulto.

§ 2º A criança com bilhete expedido na forma da alínea “b” ocupará poltrona individual.

§ 3º Quando o número de criança de menos de 02 (dois) anos de idade (alínea “a”) exceder o numero de seus acompanhantes adultos, as crianças excedentes ocuparão poltrona e pagarão á tarifa estabelecida na alínea “b” deste artigo.

Art. 62 Quando a acomodação do passageiro a bordo exigir mais de um assento, poderá o transportador cobrar passagem pelo número de poltronas bloqueadas.

TITULO IV

Da Venda de Passagens e Frete

Capitulo I

Do Crediário

Art. 63 A venda, direta ou indireta, de passagens mediante pagamento em prestações, por meio de crediário ou sistemas equivalentes, dependerá de plano previamente aprovado pelo Departamento de Aviação Civil.

§ 1º O esquema financeiro de vendas a crédito deverá ser justificado, em cada caso, com todos os elementos necessários a sua análise.

§ 2º Somente após aprovado o respectivo plano e autorizada sai implantação pelo Departamento de Aviação Civil, poderá o transportador dar-lhe publicidade e execução.

§ 3º Nos serviços domésticos, a venda direta, pelo transportador ou agente de viagem, de passagens a crédito obedecerá as seguintes condições;

- a – entrada obrigatória de 20% (vinte por cento), por ocasião da assinatura do contrato;

- b – liquidação do saldo devedor em até 10 (dez) prestações mensais consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o pagamento da entrega; e
- c – o saldo devedor será acrescido dos juros fixados pelas autoridades competentes para operações dessa natureza.

§ 4º Nos serviços internacionais, a venda direta pelo transportador ou agente de viagem, de passagens a crédito obedecerá as seguintes condições:

- a – entrada mínima de 20% (vinte por cento), por ocasião da assinatura do contrato;
- b – liquidação do saldo devedor em até 20 (vinte) prestações mensais consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o pagamento da entrada; e
- c – o saldo devedor será acrescido dos juros fixados pelas autoridades competentes para operações dessa natureza.

Art. 64. O transportador deverá remeter ao Departamento de Aviação Civil, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a demonstração das operações relativas as venda de passagens para pagamento parcelado, efetuadas mensalmente, com os seguintes elementos informativos em relação a cada plano aprovado:

- a – montante exato das vendas do mês;
- b – valor da parte do pagamento a vista; e
- c – total a receber relativo ao mês.

Art. 65. Será cancelada a autorização do plano de vendas a crédito quando se comprovar a inobservância do respectivo esquema ou que sua aplicação está sendo desvirtuada.

Capítulo II

Da Venda Mediante Cartões de Crédito

Art. 66. É facultada a venda de passagens por meio de cartões de crédito e de cartões de viagem, ou sistema equivalente, tanto nos serviços domésticos quanto nos internacionais.

Capítulo III

Das Comissões Pagas Pelo Transportador

Art. 67. Na venda de passagens e/ou fretes, o transportador não poderá conceder comissões superiores a estes limites:

- a – 9% (noventa por cento) as agências de viagens, pela venda de passagens; e
- b – 5% (cinco por cento) as agências de carga, pela venda de fretes.

§ 1º Ao agente geral, assim entendido o que trabalha no ramo exclusivamente para um único transportador, poderá ser concedida comissão de até o máximo de 12% (doze por cento) sobre venda de passagens e 7,5% (sete vírgula cinco por cento) para fretes.

§ 2º No caso de produção decorrente de fretamento da aeronave, a comissão concedida pelo transportador á agência de viagem será, no máximo de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato respectivo.

Capítulo IV

Da Prestação de Contas Por Agentes e Correntistas

Art. 68. A prestação de contas pelas agências de turismo, correntista, cartões de crédito e outros intermediários será regulamentada pelo Departamento de Aviação Civil.

TITULO V

Das Passagens de Cortesia e Serviço

Art. 69. O transporte poderá conceder passagens ou fretes gratuitos ou de cortesia bem como a título de donativo, da receita de suas linhas domésticas do ano anterior, sem prejuízo da concessão de passagens e fretes gratuitos em conformidade com as resoluções de âmbito internacional aprovados pelo Governo brasileiro.

§ 1º Para efeito de controle de limite previsto neste artigo, as passagens e fretes de cortesia ou gratuitos deverão ser valorizadas com a tarifa vigente em 1º de janeiro do ano anterior.

2º É vedada a concessão de passagem de cortesia em um sentido da viagem, com, pagamento de passagem no outro sentido ou em percurso complementar.

§ 3º Sobre os bilhetes de cortesia poderá ser cobrado taxa de até 20% (vinte por cento), aplicável exclusivamente a funcionários de empresas aéreas e seus dependentes.

Art. 70. É facultado ao transportador emitir bilhetes de passagem de serviço, de acordo com a regulamentação vigente.

Parágrafo Único. Entende-se como passagem de serviço, para os efeitos deste artigo, o bilhete emitido para deslocamento de pessoal da própria empresa, da empresa contratada para a prestação de serviços, de empresas congêneres e de agência de viagens e de carga, limitadas para estas ao máximo de 02 (duas) não cumulativas, por ano calendário.

TITULO VI

Da Publicidade dos Serviços Aéreos

Art. 71. A publicidade dos serviços aéreos será regulamentada Departamento de Aviação Civil.

TITULO VIII

Dos Deveres do Passageiro:

Art. 72. São deveres do passageiro:

- 1 – apresentar-se para embarque na ora estabelecida no bilhete de passagem;
- 2 – estar convenientemente trajado e calçado, não sendo permitido o uso de trajes de banho ou de ginástica e camisetas sem mangas;
- 3 – observar a bordo os avisos escritos ou transmitidos pela tripulação;
- 4 – abster-se de atitude que cause incômodo, desconforto ou prejuízo demais passageiros;
- 5 – não usar aparelhos sonoros ou eletrônicos que possam interferir com a operação da aeronave ou perturbar a tranquilidade dos demais passageiros;
- 6 – não fazer uso de bebidas que não sejam as propiciadas pelo serviço de comissária da empresa transportadora;
- 7 – não conduzir artigos perigosos na bagagem; e
- 8 – não acomodar a bagagem de mão em local de trânsito dos passageiros.

TÍTULO VIII

Da Disciplina a Bordo

Art. 73 O comandante da aeronave exerce autoridade sobre as pessoas e as coisas que se encontrem a bordo, podendo adotar as seguintes providências:

- 1 – impedir o embarque de passageiro alcoolizado, sob ação de entorpecente ou substância que determine dependência psíquica;
- 2 – impedir o embarque de passageiro que não se encontre convenientemente trajado e calçado; e
- 3 – fazer desembarcar na primeira escala o passageiro que venha a tornar-se inoportuno ou inconveniente aos demais passageiros, que venha encontrar-se nas situações referidas nos itens 1 e 2 acima, ou que recuse obediência aos avisos dados pela tripulação.

TITULO IX

Das Proibições ao Transportador e ao Agente de Turismo

Art. 74. É vedado aos transportadores e agentes de turismo, direta ou indiretamente, por si ou meio de prepostos, agente ou intermediário:

- 1 – promover ou conceder desconto, abatimento, redução ou bonificação nas tarifa ou frete aprovados pelo Departamento de Aviação Civil;
- 2 – prometer ou conceder serviço, utilidade ou benefício com a finalidade de vender passagem e/ou frete ou aliciar o usuário do transporte aéreo;
- 3 – promover ou conceder prêmio, mediante sorteio ou não, aos adquirentes de passagem ou frete;
- 4 – celebrar acordo para troca de passagem e/ou frete publicidade ou serviços;
- 5 – pagar comissões superiores as estipuladas pelo Governo;
- 6 – deixar de cobrar juros ou cobra-los em desacordo com as estipulações de governo;
- 7 – conceder nas contas – correntes de usuário, pessoa física ou jurídica, vantagem ou prazos maiores que os aprovados nesta Portaria;
- 8 – conceder gratuitamente trecho da viagem conjugado com trecho pago;
- 9 – conceder passagem e/ou frete a titulo de bonificação pela compra de mais de um bilhete;
- 10 – dispensar a cobrança de diferença tarifaria quando solicitada pelo usuário mudança de equipamento de classe inferior para superior;
- 11 – recusar e omitir-se na restituição da diferença de tarifa no caso de mudança de equipamento de classe superior para inferior;
- 12 – vender lote de passagem em branco, para preenchimento pelo usuário, pessoa física ou jurídica;
- 13 – conceder a agentes e intermediários prazo superior ao regulamentar para liquidação de faturas;
- 14 - cobrar diferença resultante de aumento tarifário ocorrido posteriormente á emissão do bilhete e dentro de seu prazo de validade;
- 15 – dispensar do pagamento de prestação nas vendas de bilhetes a crédito ou a cobrança de entrada inferior a que for aprovada pelo Departamento de Aviação de Civil;
- 16 – dispensar a cobrança de excesso de bagagem;

17 – fornecer cupões ou similares para aquisição de artigos com descontos, a título de bonificação pela compra de passagem;

18 – aceitar adesão a voo de fretamento ou de turismo cuja aeronave já esteja com a lotação esgotada;

19 – vender passagem a pessoas que não integram o grupo de afinidade;

20 – conceder hospedagem e/ou transporte ao usuário fora dos casos de interrupção, conexão ou pernoite resultantes de injunção do serviço do transportador; e

21 – reter o valor do bilhete de passagem comprado a vista, decorridos 30 (trinta) dias do pedido de reembolso feito pelo usuário.

Art. 75. É vedado ao transportador aceitar das pessoas jurídicas de direito público interno e de entidade de direito privado, cláusulas de privilégio ou exclusividade que invalidarem o regime de competição controlada.

Art. 76. Os acordos e convênios sobre transporte aéreo de passageiros e/ou de carga celebrados entre transportadores ou entre transportador e terceiro, não poderão conter cláusula de preferência ou privilégio que invalidem o regime de competição controlada dos serviços aéreos.

TÍTULO X

Das Multas

Art. 77 – As infrações tarifárias e das Condições Gerais de Transporte darão lugar a aplicação da multa de até 1.000 (hum mil) valores de referência.

Parágrafo Único. As multas serão impostas no grau mínimo, médio e máximo, segundo gravidade da infração.

Art. 78 – Será aplicada a multa em dobro no caso de reincidência, assim entendida a reiteração de transgressões tarifárias de qualquer tipo.

Art. 79. Nas transgressões tarifárias, os bilhetes de passagens serão considerados isoladamente para efeito de aplicação de penalidade, ainda que se trate de grupo de passageiros, de fretamento, “charter” ou equivalente.

Art. 80. Da aplicação da pena de multa caberá pedido de reconsideração ao Direito-Geral do Departamento de Aviação Civil, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do ato.

Art. 81 - Do ato que indeferir o pedido de reconsideração caberá recurso ao Ministro da Aeronáutica.

Parágrafo Único. O recurso deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração.

TÍTULO XI

Da Responsabilidade do Transportador

Capítulo I

Da Responsabilidade Contratual

Art. 82 – O transportador responde pelos danos ao passageiro, bagagem e carga, ocorridos durante a execução do contrato de transporte.

Parágrafo Único. É nula toda cláusula tendente a exonerar o transportador ou que estabeleça limite de indenização inferior ao que determina o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Art. 83 – execução do contrato de transporte compreende as operações de embarque e desembarque, além da efetuadas a bordo da aeronave.

§ 1º Considera-se operação de embarque a que se realiza desde quando o passageiro, já despachado no aeroporto, transpõe o limite da área destinada ao público em geral e entra na respectiva aeronave, abrangendo o percurso feito a pé, por meios mecânicos ou com a utilização de viaturas.

§ 2º A operação de desembarque inicia-se com a saída de bordo da aeronave e termina no ponto de interseção da área interna do aeroporto e da área aberta ao público em geral.

Art. 84 A reparação dos danos no transporte doméstico obedece aos limites estipulados nos Arts 257, 260 e 261 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, respectivamente; nos casos de morte ou lesão em relação a cada passageiro ou tripulante; por bagagem perdida, extraviada, desaparecida ou danificada; e por quilograma de carga perdida, extraviada ou danificada.

Art. 85 No transporte internacional, esses limites obedecerão ao que estabelecem as Convenções Internacionais de que o Brasil faça parte.

Parágrafo Único. As importâncias estabelecidas nesses atos internacionais serão convertidas em moeda nacional, na forma de regulamentação a ser baixada.

Art. 86 Quando o transporte for efetuado por mais de um transportador, o interessado só terá ação contra aquele que efetuou o transporte no curso do qual ocorreu que originou o direito a reparação, salvo se o primeiro transportador assumiu expressamente a responsabilidade por todo o percurso.

Parágrafo Único. Se não puder ser identificado o transportador que efetuou o transporte, o interessado terá ação contra o que emitiu o bilhete de passagem a nota de bagagem ou o conhecimento.

Art. 87 Quando o transporte for contratado com um transportador para ser efetuado por outro, podem ser responsabilizados tanto um quando o outro pelo pagamento da indenização.

Capítulo II

Do Procedimento Amigável Para Pagamento de Reparações

Art. 88. O interessado na reparação tem o prazo de 30 (trinta) dias para habilitar-se diretamente junto ao transporte a fim de receber a indenização a que tiver direito.

§ 1º Esse prazo é contado da data em que se verificou o fato de que se originou o direito a reparação, ou da data da chegada da aeronave ou do dia em que deveria ter chegado ao destino ou, ainda, do dia da interrupção do transporte.

§ 2º O transportador deverá efetuar o pagamento da indenização dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da habilitação do interessado.

§ 3º Para o interessado que se habilitou, mas está com a habilitação pendente de exigências legais, o prazo contado do dia do cumprimento dessas exigências.

Art. 89 Se o interessado deixar de habilitar-se na forma referida no artigo anterior, não prevalecerão os prazos estabelecidos.

Art. 90. Esgotados os prazos sem que tenha sido efetuado o pagamento, o interessado, poderá promover a reparação judicialmente, em procedimento sumaríssimo.

TÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 91. As empresas de transporte deverão informar, pelo serviço de alto falante do aeroporto ou por outros meios disponíveis, os atrasos das partidas e chegadas das aeronaves até a hora da chamada para embarque ou do pouso.

Art. 92. Quando da aquisição da passagem, o usuário deverá ser instruído pelos agentes e prepostos dos transportadores acerca dos direitos e deveres que lhe são atribuídos por esta por esta Portaria.

Parágrafo Único. As empresas de transporte deverão ministrar a seus empregados, prepostos e agentes cursos de divulgação desta Portaria, de modo a habilitá-los a esclarecer o usuário.

Art. 93. O Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil baixará as instruções necessárias para cumprimento desta Portaria, regulamentará as prestações de contas e a publicidade dos serviços aéreos e solucionará os casos omissos.